

PERONI, R. *Introduzione alla protostoria italiana*. Manuali Laterza 47. Bari: Editori Laterza, 1994. Premessa. Che cosa si può intendere per protostoria italiana: IX-XI; Capitolo primo, Le fonti archeologiche e la loro lettura critica: 3-24.

## **Premissa**

### **O que se pode entender por proto-história italiana**

A proto-história italiana é um campo disciplinar particularmente recente, que apenas há pouco tempo encontrou seu espaço científico, metodológico, autônomo entre a arqueologia clássica e a paleoetnologia. Por isso, é caracterizada por uma atmosfera sempre provisória, ‘de trabalhos em andamento’ (de construções: mas também, frequentemente e de bom grado, de demolição).

É cabível encerrar tudo isto em um manual (ou, em outras palavras, chegou o momento para fazê-lo)? A resposta mais óbvia, isto é, que a indústria cultural tem horror do vazio e, portanto, de qualquer forma proverá o mais rapidamente possível, talvez não exatamente da melhor maneira (e que, além do mais os tempos estão efetivamente maduros, a matéria já é quase excessivamente conhecida para poder continuar a ser dominada de modo espontâneo etc.), deixava-me perplexo, parecia-me fácil demais.

Refletindo sobre a postura e sobre a estrutura do livro eventual, fui aos poucos tomando consciência do fato de que aquele ao qual estava me dedicando não era apenas e tanto um trabalho de projeto, segundo as concepções mais codificadas, de um manual, mas o processo de plena explicitação de uma estratégia científica desde sempre perseguida. Uma estratégia que se coloca como abordagem sistemática não **do dado** (portanto, intuitiva), mas **do universo dos dados** (portanto, dedutiva, não porém na acepção da epistemologia americana, mas no bom e velho sentido aristotélico, de processo do geral ao particular).

Segue-se a isso um percurso obrigatório: sobre uma *tabula rasa* de precedentes elaborações interpretativas, primeiro a coleta exaustiva e o exame direto e crítico das fontes arqueológicas; posteriormente, finalmente no lugar de honra, a taxonomia, a classificação tipológica sistemática das formas; ainda com base nesta, o ordenamento da matéria no espaço e no tempo; enfim, a pesquisa sobre os problemas interpretativos, ‘históricos’, na condução da qual é necessário não esquecer que os *aspectos*, os fenômenos arqueológicos com os quais se confronta, na realidade, não são nada mais do que o êxito de *processos*.

Limite entre pré-história e história, foram dadas, ou poderiam ser dadas muitas definições da proto-história, frequentemente muito divergentes entre si. Aquela aqui aceita vê desde o início nas comunidades proto-históricas elementos de diferenciação sócio-econômica estável ainda ausentes nas comunidades pré-históricas; e, nesses elementos de diferenciação, os primeiros sintomas de um processo muito articulado, destinado enfim a desembocar no nascimento da cidade e do estado, com o que tem início a história como objeto de uma disciplina acadêmica bem definida, que se vale prevalentemente de fontes escritas.

O que, todavia, aqui nos interessa é definir o que se pode entender por proto-história *italiana*. Esta é uma tarefa muito fácil, na medida em que na Itália o processo de diferenciação do qual se falou coincide com um ciclo histórico bastante preciso e compacto, que compreende a Idade do Bronze (o segundo milênio a.C.) e a primeira Idade do Ferro, que na Itália centro-meridional termina com os inícios da colonização grega (últimos decênios do séc. VIII a.C.), e na Itália setentrional com a difusão da civilização urbana etrusca na planície padana (últimas décadas do séc. VI a.C.).

Mais além das histórias problemáticas, a proto-história italiana tem uma sua fisionomia bem definida e particularmente unitária também como ramo da arqueologia militante em si. Toda uma série de fenômenos de continuidade de assentamento, de tecnologia e de forma faz com que seja muito mais fácil compreender a Idade do Bronze se é conhecida a primeira Idade do ferro, e vice-versa; enquanto ainda frequentemente demais acontece que se ocupem da primeira (mas não da segunda) os arqueólogos pré-historiadores, e da segunda (mas não da primeira) os arqueólogos clássicos. Há um determinado modo de fazer prospecções, de escavar, de classificar, descrever, documentar os achados que se adequa bem a estas duas idades, menos àquelas precedentes e subsequentes. Contribuir a consolidar esta identidade é um dos escopos deste manual.

Renato Peroni

## Capítulo primeiro

### As fontes arqueológicas e a sua leitura crítica

#### *1.0. Fontes arqueológicas e realidade antiga*

Quem quer que se ocupe, mesmo de modo superficial, de arqueologia (não importa se pré-histórica, proto-histórica, clássica etc.) sabe, até bem demais, quão pouco realidade arqueológica (aquela com a qual nos defrontamos concretamente) e realidade antiga (aquela que nos agradaria conhecer) têm a ver uma com a outra. Medir esta diferença e compreender seus motivos é o que a *leitura crítica das fontes arqueológicas* se esforça em fazer.

Já o termo *fontes arqueológicas* – obviamente calcado naquele relativo às *fontes literárias antigas* usado pelos historiadores –, que designa conjuntos de materiais e de dados que nos chegaram da antiguidade, conexos entre si de algum modo, se propõe exprimir, exatamente, uma atitude de cautela e de destaque, de escrupulo filológico.

Para poder minuciosamente julgar caso a caso a confiabilidade e as potencialidades informativas das fontes arqueológicas relativas a um determinado aspecto e espaço circunscrito, seja nos seus limites de aplicabilidade, seja na sua especificidade, é preciso cumprir algumas operações preliminares. A primeira consiste em procurar definir e distinguir entre si os efeitos dos condicionamentos (frequentemente indicados como *casuais*: mas, como veremos logo, é completamente equivocado) que diversos fatores exerceram através dos milênios sobre as fontes arqueológicas.

Podemos agrupar estes fatores condicionantes em três níveis. O primeiro, que poderemos chamar de *condicionamento subjetivo dos antigos*, é ligado ao modo em que os costumes, e mais em geral os comportamentos, mais ou menos voluntários e conscientes, das populações proto-históricas puderam influir sobre as modalidades de formação dos depósitos arqueológicos (um só exemplo: inteiras categorias de objetos, como as armas, seguramente produzidas e usadas por todos os grupos humanos proto-históricos, podem nos resultar amplamente documentadas ou, ao invés, praticamente desconhecidas, segundo convenções rituais praticadas nas sepulturas e nos depósitos votivos de um determinado grupo). O segundo é o do *condicionamento objetivo* exercido pelas vicissitudes milenares do ambiente natural e de sua exploração por parte do homem. O terceiro, que nos agrada designar como *condicionamento subjetivo dos modernos*, espelha, é certo, sobretudo, as ocorrências da pesquisa e da tutela arqueológica, mas também as sócio-culturais e sócio-

políticas, que se exprimem nas atitudes da inteira sociedade às costas dos arqueólogos. Entretanto, uma vez que é mais fácil compreender o que está mais próximo de nós, nos parágrafos seguintes examinaremos estes três fatores em ordem inversa em relação à que se sobrepuseram no tempo.

### ***1.1. Limites, lacunas e ocorrências do conhecimento arqueológico do território e do registro de dados***

O que acima indicamos como o condicionamento subjetivo dos modernos sobre a história das descobertas arqueológicas foi exercido e se exerce nos mais diversos níveis, dos prosaicos aos mais elevados culturalmente. Começamos pelos primeiros, por aqueles que se usa chamar *achados casuais*.

Para que estes venham à luz em medida consistente e significativa, de forma a dar acesso posterior, como acontece frequentemente, a pesquisas intencionais, mais ou menos sistemáticas, é necessário que se verifiquem, concomitantemente, três condições: 1. intervenções no subsolo motivadas por exigências de exploração econômica (sobretudo agrícola e extrativa) ou de arranjos de edificações ou de infra-estrutura do território (construções de estradas e ferrovias, escavação de canais, dragagem de rios etc.), as quais, tomadas *em si e por si*, podem constituir indiferentemente um meio de conhecimento ou um fator de destruição: são as circunstâncias históricas específicas que devem decidir; 2. interesse específico na recuperação de achados e de informações por parte de particulares ou de instituições públicas; 3. interesse correspondente, mesmo genérico, difundido entre a população e acompanhado de um mínimo de ciência e de espírito cívico, que impulsiona os autores materiais dos achados (ou quem venha de outra forma ao conhecimento deles) a consignar os materiais e a transmitir as informações relativas. A distribuição dos achados esporádicos de bronzes, na maior parte postos à luz pelo trabalho ocasional de camponeses, braçais, lenhadores/guardas florestais,<sup>1</sup> resulta extremamente variável de região para região, como também de um período a outro da nossa história recente. Esta variabilidade está claramente ligada de modo prevalente à qualidade das administrações públicas, ao seu empenho pela conservação e tutela das antiguidades, e à sua relação com a população local, ou seja, à confiança e ao espírito de colaboração que nela conseguiam inspirar. Um outro exemplo de relevo notável é o das grandes descobertas da segunda metade do século XIX feitas nas *terramare* e nas *palafitas* lacustres do vale padano, e determinadas em parte pelas atividades extrativas maciças (respectivamente de terra gordurosa para adubo e de turfa<sup>2</sup>) ligadas ao forte desenvolvimento econômico daquelas décadas, e em parte, pela vivacidade intelectual das classes burguesas, sobretudo empresariais, então emergentes nas mesmas regiões, e pela intensa atividade dos numerosos estudiosos e apaixonados que, graças a tais fermentos, estavam formando-se.

Análoga, mas mais complexa, é a influência exercida pelos fatores sócio-culturais e sócio-políticos sobre a verdadeira *pesquisa arqueológica*. Em muitos casos, na verdade, as ocorrências desta identificam-se com a biografia pessoal – e o isolamento – de estudiosos individuais: para dar-se conta de quanto isto seja verdade, basta frequentemente observar como em certas regiões as descobertas relativas à proto-história distribuem-se, alternadas a lacunas

---

<sup>1</sup> *Boscaioli* pode ter este duplo significado.

<sup>2</sup> Turfa, carvão fóssil.

pavorosas, no tempo e no espaço. Isto é particularmente verdade para a Itália meridional e as ilhas até quase nossos dias: tomem-se como exemplos para a Sicília a obra de Paolo Orsi (ativo aqui desde 1899 até 1934) e a de Luigi Bernabò Brea (de 1941 a 1973). Mas há casos em que nos diversos centros cria-se um tecido conjuntivo de estudiosos, uma forma, mesmo que embrionária, de comunidade científica, que de forma variada se configurava segundo os diversos modos em que funcionavam as relações no seu interior e no exterior com os ambientes cultos que fazem o papel de ‘público’ para os especialistas, favorecendo, ou não, a circulação das idéias, o debate, o controle recíproco e, bem entendido, também segundo correntes culturais que prevalecem entre os estudiosos e o público. É então que a qualidade e as estratégias da pesquisa arqueológica (que, entre outras coisas, podem comportar uma maior ou menor atenção para as antiguidades proto-históricas, largamente negligenciadas na Itália por um longuíssimo período, que durou do final do séc. XIX à década de 1960), mas também os comportamentos dos indivíduos (a exemplo a propensão dos arqueólogos, infelizmente ainda hoje muito difundida, de considerar não só os achados e os dados resultantes das próprias descobertas, mas todos aqueles de que, a qualquer título, gerencia a tutela, segundo uma propriedade pessoal, tende, sem dúvida, a acentuar-se em situações de isolamento), se ressentem disso, certamente de modo variável, mas sempre muito significativo.

Tudo isto atinge não só as técnicas e as metodologias da verificação e prospecção de superfície e da escavação, mas também, e, sobretudo, as relativas aos registros dos dados que emergem de uma e da outra. Para muitas escavações, mesmo particularmente recentes, que devemos presumir que tenham sido conduzidas com a máxima competência e cuidado, não só a documentação escrita, fotográfica e, sobretudo, gráfica disponível (planimetrias, secções estratigráficas etc.) mostra-se gravemente carente, mas não resultam nem mesmo sempre adequadamente registradas as proveniências dos achados isolados das diversas unidades estratigráficas ou dos mobiliários das tumbas. É verdade, não são poucos os casos em que se descobriu que tal documentação existia na realidade, mas foi por longo tempo negligenciada e esquecida, para reemergir apenas décadas e décadas depois dos arquivos dos museus e das superintendências: mas, não menos frequente é a sua perda definitiva e irreparável. Na realidade, a única forma adequada e verdadeiramente confiável de registro dos dados é a publicação, preferivelmente em *edições* sistemáticas e exaustivas *das escavações* e de seus materiais, ou mesmo de *corpora* ordenados por classes de fontes ou categorias de objetos. Mas, exatamente, a escassez e a extrema irregularidade de edições semelhantes constituem o principal e mais grave limite dos estudos de proto-história na Itália.

### ***1.2. O depósito arqueológico e os mecanismos da sua formação, eventual cobertura e modificação em relação com o ambiente e o homem***

Para focalizar eficazmente o discurso relativo ao condicionamento exercido sobre as fontes arqueológicas pelas vicissitudes do ambiente natural e da sua exploração por parte do homem, pode ser útil recorrer a uma metáfora. Assim como a fina linha marcada na areia constitui a *interface* entre mar e terra, do mesmo modo a porção de depósito arqueológico objeto de nosso conhecimento real (ou mesmo possível, hoje ou no futuro) constitui a interface entre a parte que não podemos mais conhecer porque não existe mais, foi definitivamente destruída (por exemplo, por obra dos agentes erosivos, ou então movimentos de terra determinados por trabalhos agrícolas, extrativos, edifícios e pela criação de infra-estruturas), e a parte que provavelmente não conheceremos nunca porque

jaz em profundidade demasiada (por exemplo, está coberta por metros e metros de depósitos aluviais).

Esta interface é geralmente caracterizada por uma destacada instabilidade, ligada em boa parte à variação dos equilíbrios no interior dos diversos ecossistemas (por exemplo, pode acontecer que aquilo que esteve muito tempo enterrado, mesmo em profundidades notáveis, acabe por emergir com o tempo, e talvez para ser completamente destruído); mas há também casos raros em que essa interface permaneceu praticamente imóvel da antiguidade até hoje. Em uma fortaleza dos Alpes, o depósito arqueológico, coberto apenas pelo córtex de ervas, que por sua vez o bosque e o sub-bosque protegeram contra os agentes atmosféricos e o pisotear de homens e animais, pode, no limite, ter conservado inalterada a espessura original.

Em geral, entretanto, a ação dos fatores que preservam o equilíbrio ambiental foi menos intensa e eficaz do que aquela dos fatores que tendem a modificá-lo. Em grande parte do baixo vale padano, por exemplo, os sítios proto-históricos são cobertos por uma espessa cobertura aluvial (mesmo se, na prática, todas as vezes que estes vêm à luz é porque esta cobertura, juntamente a uma parte do depósito, foi retirada por intervenções do homem, como escavação de canais etc.); mas também em muitos fundos de vales das áreas montanhosas ou colinares, os depósitos arqueológicos são sepultados sob sujeira trazida por enxurradas e desmoronamentos. Ao contrário, na península apenínica, grande parte das estratificações produzidas pelos assentamentos proto-históricos situados em locais elevados foi varrida por obra daquela cadeia de fatores (destruição da cobertura arbórea e do manto de ervas por atividades pastorais e agrícolas; degradação e dispersão dos solos pela ação combinada da aração e da erosão; desagregação dos substratos – e, portanto, também dos depósitos antrópicos – assim desnudados, após formas erosivas mais intensas e de desmoronamentos) que se resumem na expressão *esfacelamento hidro-geológico*.

Retornando-se ao que se dizia inicialmente, a porção de depósito que cai sob a nossa observação no âmbito de um dado sítio arqueológico resulta então, de fato, ter sido *sempre* fendida e, portanto, parcialmente destruída. Por consequência, a primeira, fundamental operação a cumprir diante de um depósito arqueológico proto-histórico em escavação é procurar determinar com razoável aproximação *em que medida ele foi destruído*. Desinteressar-se por este problema, e delegá-lo completamente aos especialistas (geomorfólogos, geoarqueólogos etc.) seria, da parte do estudioso de proto-história, um erro gravíssimo equivalente a impedir-lhe a possibilidade de ler criticamente a fonte arqueológica com a qual ele tem de ver.

Em proto-história, o processo de formação de um estrato antigo (e esforçar-se em compreender tal processo é a segunda operação a cumprir) é praticamente *sempre* a resultante da interação de dois fatores: aquele antrópico e aquele natural. Por este motivo, não tudo aquilo que está escrito num manual de técnica de escavação, concebido, sobretudo para a antiguidade clássica, é necessariamente válido também para a época proto-histórica (para não falar daquela pré-histórica). Por exemplo, não é sempre verdade que um nível antrópico jaz entre *duas* unidades estratigráficas (embaixo de uma, mas em cima da outra): isso pode muito bem constituir um episódio limitado, que ficou encerrado no interior de um único estrato não antrópico, formado de modo continuado e perfeitamente uniforme por causas exclusivamente naturais. O mesmo conceito de *unidade estratigráfica*, se levado a suas últimas consequências, pode resultar desencaminhador. Uma vez que em proto-história a maior parte das unidades estratigráficas não é o produto de *atos* ou de *eventos*, mas precisamente de *processos*, gerados, como se dizia, pela interação de fatores antrópicos e naturais, resulta muitas vezes: 1. que a

passagem insensível, muito frequente na natureza, entre um processo e outro pode tornar muito problemática e opinável a determinação do limite ou *interface* entre duas unidades estratigráficas; 2. que as variações entre os diversos estágios ou momentos de um processo podem espelhar-se em análogas e significativas variações (*micro-estratigráficas*) no interior de uma mesma unidade estratigráfica; 3. que os achados coletados no espaço circunscrito de uma mesma unidade estratigráfica não constituem um *contexto* perfeitamente *sincrônico* (*closed find*: para este conceito, cf. adiante, 1.4).

A terceira operação a cumprir diante de um depósito arqueológico proto-histórico é a de voltar a máxima atenção aos *processos pós-deposicionais*. Estes, de fato, não envolvem, de forma alguma, apenas estratos formados sucessivamente ao período proto-histórico, (a começar pela *aração*, sobre a qual retornaremos no próximo parágrafo), mas podem representar ajustamentos ou modificações naturais até relevantes de unidades estratigráficas proto-históricas (preenchimento de espaços originalmente vazios, eventualmente também com a intervenção de águas subterrâneas – como muitas vezes acontece com estruturas de tumbas, criando problemas muito sérios aos objetivos de uma correta reconstrução do ritual funerário –, ou, então, de espaços que vieram a existir após a decomposição de materiais perecíveis, a começar pelas estruturas de madeira de fortificações, habitações etc.). Todavia, mesmo os processos pós-deposicionais ligados a intervenções antrópicas sucedidas após a proto-história, podem, às vezes, adquirir uma importância notável, por exemplo, na arqueologia urbana, onde, quando os níveis proto-históricos foram completamente destruídos ou resultam, de qualquer maneira, inatingíveis, as únicas informações úteis ao seu conhecimento, seja mesmo indireto, são aquelas que podem ser obtidas de unidades estratigráficas de período sucessivo, que contêm restos proto-históricos em posição secundária, presumivelmente, formados após intervenções de escavações em profundidade.

### ***1.3. Os restos de superfície, traços reveladores de depósitos enterrados ou resíduos de depósitos destruídos***

A problemática interpretativa acenada no final do parágrafo anterior é muito semelhante àquela que nos interessa neste. Escavar custa, e quem quer que tenha razão na eterna disputa entre quem quereria escavar o máximo possível – e, portanto, necessariamente depressa – para salvar os depósitos arqueológicos da destruição e quem prefere salvar pouco, mas bem, resulta que não se chega nunca a escavar tudo o que se deveria.

Consequentemente, pelo menos em proto-história, a *prospecção* não é uma simples operação preliminar à escavação, mas, na prática, o mais das vezes *uma via alternativa à escavação*. Isso é ainda mais verdadeiro na situação específica da proto-história italiana, sobretudo pelo que está ilustrado no parágrafo anterior. É legítimo pensar, de fato, que, sobretudo na península apenínica, grande parte dos depósitos proto-históricos situados sobre relevos ou *já* foi semi-destruída, ou até completamente destruída, pela ação combinada de erosão e *aração*. Isso equivale a dizer que, quando estamos na presença de um sítio qualquer de superfície, situado em locais elevados, podemos considerar muito provável que a maior parte, ou até mesmo a totalidade, das informações que este está em condições de fornecer-nos esteja concentrada na superfície, ou, mais precisamente, nas zonas de interesse de culturas agrícolas, isto é, na grande maioria dos casos, na *área arável* (lá onde ainda existe). Em outras palavras, pode-se esperar razoavelmente que uma parte consistente dos dados

existentes possa ser recuperada mediante repetidas prospecções, praticadas nos períodos mais adequados do ano e, em particular, logo após a aração. Em não poucas regiões italianas, para inteiras novas facies arqueológicas, a documentação concretamente acessível é, exclusivamente ou quase, a que se pode obter dos sítios de superfície. Mesmo as importantíssimas descobertas recentes referentes à formação dos primeiros sítios proto-urbanos (cf. adiante, 4.1, 4.2 e 4.7) emergiram quase exclusivamente de pesquisas de superfície.

A atenta observação de superfície, especialmente em presença de áreas aráveis, pode, entretanto, revelar-se muito útil mesmo naqueles casos em que haja motivo de esperar que uma boa parte do depósito arqueológico esteja conservada no lugar. A análise das diferenças entre um ponto e outro na coloração, consistência e composição do terreno emergente em superfície (*contextos*), associada ao levantamento das concentrações que afloram (*clusters*) de *inclusões* associáveis a estruturas (pedras, carvões etc.) e de achados, especialmente se diagnósticos,<sup>3</sup> e portanto, datáveis, pode permitir, na melhor das hipóteses, elaborar em bases concretas uma estratégia de escavação mais precavida e, na pior, formular em torno do depósito e das suas ocorrências sumárias hipóteses de reconstrução, destinadas a substituir de algum modo os resultados da escavação, quando se deva renunciar a esta.

#### ***1.4. A classificação das fontes arqueológicas***

O ordenamento das fontes arqueológicas por classes constitui o momento decisivo para os fins da definição das suas qualidades informativas específicas; mas não pode se exaurir nela. Uma classificação válida das fontes arqueológicas não pode, de fato, prescindir de um compromisso, híbrido se se quiser, mas na realidade sadamente inconsequente e pragmático, entre as diversas exigências, que enumeramos em ordem decrescente quanto ao seu nível de resolução: 1. definir e agregar entre si fontes relativas a uma mesma esfera de atividades humanas (locais de atividades produtivas ou de culto, sepulturas); 2. pôr em contraposição entre si, para poder jogar melhor umas contra as outras, de um lado as fontes sobre as quais foi predominantemente exercida a ação condicionante de circunstâncias objetivas (ambiente, exploração econômica etc.), e que, portanto, predominantemente são re-encaminhadas a nós mesmos, na nossa qualidade de *observadores* científicos (é, por exemplo, o caso de muitos assentamentos estratificados), do outro lado, aquelas fontes que, ao contrário, sofreram aquilo que acima foi chamado de o condicionamento subjetivo dos antigos, e que, como tais, são reconduzidas a esses últimos, no seu papel de *informantes*, não raro *intencionais* (pense-se nas incisões rupestres e as estruturas monumentais, culturais e funerárias); 3. agrupar, com um critério estritamente fenomenológico, coisas que representam entre si analogias, mesmo se não estamos em condições de dar uma interpretação do significado de tais analogias (como acontece frequentemente para os esconderijos).

**A. Os assentamentos** Trata-se, ao menos virtualmente, da classe de fontes arqueológicas muitíssimo mais abundante e rica de informações, especialmente para o que concerne à vida cotidiana e as atividades econômicas, sobretudo, aquelas ligadas à subsistência (em outras palavras, em um povoado encontram-se mais facilmente que em outros locais restos

---

<sup>3</sup> Achados de contexto conhecido que servem de referência para datação.

paleobotânicos e arqueozoológicos, utensílios, cerâmicas comuns; mais dificilmente armas e ornamentos, cerâmicas finas), mas também, ainda que com algumas limitações, no que concerne à consistência e à estrutura das comunidades e as manifestações de culto. Os motivos pelos quais estas extraordinárias potencialidades frequentemente não são exploradas plenamente, e às vezes não o são de forma alguma, são de dupla ordem. De um lado, como logo veremos, o estado de conservação da maior parte dos assentamentos é tal, a ponto de não apresentar quase nunca aos olhos do observador comum emergências visíveis; de forma que, enquanto muitos povoados proto-históricos enterrados fogem à identificação se não são objeto de prospecções de superfície ou de prospecções particularmente acuradas, outros, uma vez agredidos por intervenções no subsolo, podem ser levados a uma destruição total mesmo na ausência de comportamentos dolosos objetivamente assegurados. Por outro lado, em parte pelos mesmos motivos, a de uma ocupação é a mais difícil e dispendiosa das escavações, e frequentemente não oferece resultados que atraiam a atenção e exerçam sugestão sobre o público, mesmo o dos apaixonados e até mesmo dos estudiosos.

Além do mais, em um assentamento, a natureza dos comportamentos humanos e dos processos de formação do depósito arqueológico é tal, que não assegura nenhuma proteção às estruturas, habitacionais ou de outro gênero, uma vez que essas tenham sido abandonadas, e, muito menos, aos objetos móveis. A não ser no caso de uma destruição repentina, em circunstâncias que determinam um imediato e completo sepultamento dos restos (incêndios, terremotos, erupções, aluviões), os habitantes recuperam imediatamente tudo o que na habitação tem um valor e é susceptível de ser extraído e reutilizado (e é por isso que, por exemplo, é bem difícil encontrar manufaturas metálicas e, de qualquer forma, objetos íntegros na escavação de uma habitação), e deixam o resto exposto à ação das intempéries, dos animais, dos outros homens. Se apenas estruturas isoladas foram abandonadas, ou se, em caso de interrupção generalizada do assentamento, há uma retomada sucessiva da ocupação, as ruínas são muitas vezes aplainadas ou preenchidas e a escavação para as fundações das novas construções, ou de cavidades para instalações menores (poços, silos etc.), ataca frequentemente os depósitos precedentes.

A todos esses fatores, não raro são acrescentadas depois, sobretudo nas áreas montanhosas e colinares do nosso país, aquelas ocorrências pós-deposicionais, em particular a erosão e a aração, de que se falou nos parágrafos precedentes. Segue-se que – sempre excetuando o caso de habitações destruídas e sepultadas de maneira improvisa por eventos naturais ou bélicos – dificilmente o depósito arqueológico de um assentamento nos conserva *contextos sincrônicos* ou ‘achados fechados’ (*closed finds*), como o são em geral, ao invés, aqueles de tumbas e esconderijos. Geralmente, um estrato de habitação empregou um certo tempo para formar-se e, conseqüentemente, devemos supor que na maior parte das vezes os achados que se coletam não tenham sido depositados simultaneamente, mas progressivamente, em torno de um determinado lapso de tempo. Além disso, uma vez que na formação dos estratos de um assentamento proto-histórico os processos de deposições *primários* (como os que dão origem aos diversos solos de uma cabana) se alternam continuamente àqueles *secundários* (como, por exemplo, aquele pelo qual se acumula um(a) *despejo/descarga*) e interagem com estes, não existe praticamente estrato que não possa conter achados em *deposição secundária*, portanto, que remontam a uma idade, não raro, consideravelmente mais antiga, não apenas em relação ao momento em que teve início a formação do próprio estrato, mas frequentemente até mesmo no tocante a boa parte dos achados restituídos pelos estratos abaixo.



Ao contrário, é exatamente nos locais habitados que se caracteriza a maior parte das *séries estratigráficas* utilizadas para determinar a sucessão no tempo das fases arqueológicas. Somente que, pelos motivos há pouco ilustrados, essas séries estratigráficas requerem, se se deseja evitar deduções falsas, uma avaliação crítica extremamente minuciosa e rigorosa.

Também a reconstrução das *estruturas habitacionais* de um sítio proto-histórico frequentemente apresenta dificuldades consideráveis, sobretudo quando se trata de construções originalmente em madeira ou outros materiais perecíveis. Não é raro, pois, quando a aragem ou a erosão alcançaram e destruíram o *nível do piso* das cabanas, tudo o que reste delas sejam os *buracos de estacas* para a fixação dos postes que sustentavam o teto e as paredes, ou as *valetas perimetrais* para o alojamento respectivo das próprias paredes.

Diversa é a situação para os *assentamentos em zona úmida* (palafitas, assentamentos à margem de rios ou na praia, algum terramar etc.), nos quais a água que permeia o depósito arqueológico é determinante para a conservação, frequentemente excelente, dos materiais orgânicos: estruturas e artefatos de madeira, tecidos, peles, vestígios de alimentos etc. Para todos esses produtos, aliás, os assentamentos em zonas úmidas constituem a fonte quase exclusiva dos nossos conhecimentos.

Um dos problemas mais espinhosos de leitura crítica que se coloca de frente a um assentamento é o de avaliar a extensão do conjunto traçando a sua delimitação. Tal problema tornou-se ainda mais complexo por causa da escassez das *escavações extensivas* de assentamentos, que representa talvez a carência principal da proto-história. Uma solução segura é garantida somente naqueles casos (terramares, fortificações etc.) em que as prospecções ou a fotografia aérea permitem determinar o traçado de *muralhas de fortificação* perimetrais. Entretanto, o fato observado com constância suficiente nas fortificações e nos assentamentos fortificados em locais altos, também ligado às óbvias exigências de tática militar, de que o cercamento siga de regra a borda da unidade orográfica (ou seguimento dela) sobre o qual é implantado o assentamento, encoraja a postular uma extensão para a maior parte dos *assentamentos sobre relevo*, ainda que na ausência de traços de fortificações, do critério de delimitação que tende a fazer coincidir a extensão do sítio com a da *área habitável naturalmente defendida*, ou seja, com a dorsal do próprio relevo.

**B. Os locais de atividades produtivas** Algumas atividades produtivas, em particular as extrativas e agrícolas, que pela sua natureza deveriam ser descentralizadas em relação aos assentamentos, estão igualmente documentadas pelas fontes arqueológicas. Na medida em que as atividades de trabalho em questão comportavam uma frequência assídua e prolongada, tal a requerer, por exemplo, o consumo de refeições ou ainda permanência temporária, formou-se, algumas vezes, com modalidades análogas àquelas peculiares dos assentamentos, um verdadeiro depósito arqueológico; em outros casos, são apenas isolados restos arqueológicos a acompanhar os acúmulos de descartes e de rejeitos e a revelar-lhe a idade. Tudo isso vale principalmente para as pedreiras e minas. Melhor conhecidas e documentadas são aquelas relativas à extração do sílex (Ponte di Veia perto de Verona, Monte Tabuto perto de Comiso); mas notáveis são também os dados relativos à exploração das jazidas metalíferas, especialmente no Trentino e na Sardenha. Ainda no Trentino vieram à luz verdadeiras estruturas – os *fornos de fundição* – situadas nas vizinhanças imediatas das minas e destinadas a uma primeira *redução* no local de minerais brutos lá extraídos. Por outro lado, os *traços de aragem* (os chamados “campos fósseis”) são atribuíveis a um dado período somente por via muito indireta.

**C. Os locais de culto** Do mesmo modo que os locais de atividades produtivas, também os locais de culto – que devem, porém, ser logo distinguidos muito claramente dos locais de simples *deposição cultural*, uma vez que aí se desenvolvem manifestações de culto mais elaboradas, como banquetes rituais e sacrifícios, mesmo que não faltem certamente sítios nos quais as duas coisas estivessem associadas – apresentam uma certa afinidade com os assentamentos. Em ambos os casos, se trata de locais em que eram realizadas, de forma descentrada, coisas que entravam de outra forma no espectro das atividades próprias das povoados; e em ambos os casos as circunstâncias e as modalidades da formação do depósito arqueológico requerem aquelas próprias dos povoados (falta de proteção e consequente exposição do depósito há pouco formado e ainda em formação aos agentes externos, estado de conservação dos resíduos pelo mais fragmentário, ausência de achados “fechados”).

Por esses e outros motivos a identificação dos locais de culto e a sua distinção com relação aos assentamentos não são sempre simples. Somente a Sardenha da Idade Nurágica, entre todos, mostrou locais de culto com estruturas monumentais (*santuários e templos em poço*). Alhures, prescindindo das evidências relativas aos assentamentos, e assim também da presença de pontos de culto no interior de estruturas habitacionais, indicada por numerosos elementos, recintos e edifícios de culto não parecem surgir antes da primeira Idade do Ferro. Restam, para a proto-história italiana, essencialmente só duas categorias de locais de culto. Aqueles ao ar livre, correspondendo ao topo de picos, especialmente nos Alpes centrais (Trentino e Alto Adige), nos quais ficavam expostos à ação de grandes piras animais e vasos repletos de oferendas; e aqueles em grutas e abrigos rochosos (bem difíceis estes últimos de ser distinguidos dos assentamentos). Como ainda veremos mais à frente, não são poucos, na verdade, os casos de cavernas – a começar por aquelas (Pertosa, Latronico etc.) percorridas por águas subterrâneas, que fazem destas últimas objeto de formas de culto particulares – nas quais, ao lado dos restos de práticas cerimoniais (provavelmente, sobretudo sacrifícios mediante combustão ou fratura, e refeições rituais) e das relativas instalações (lareiras etc.) encontramos também deposições culturais, e talvez sepulturas.

**D. Os cemitérios** Constituem, ao lado dos assentamentos e, aliás, frequentemente, pelos fatores mais acima ilustrados que limitam o nosso conhecimento desses últimos, mais ainda que eles, uma classe de fontes de importância essencial. Os assentamentos e as sepulturas representam – ou deveriam representar, pois muito frequentemente a sua relação resulta excessivamente desequilibrada – dois aspectos largamente complementares do *registro* arqueológico. Se, como vimos, os assentamentos nos informam, sobretudo sobre a vida cotidiana, as atividades produtivas, a economia de subsistência, nos restituem restos para o mais fragmentados, entre os quais em geral prevalecem os utensílios e as cerâmicas comuns, e contextos normalmente não sincrônicos, “fechados”, mas em compensação estratificados, de tal modo a permitir a instituição de séries estratigráficas, as sepulturas nos ilustram, por outro lado, sobretudo a sociedade nos seus aspectos mais permeados de ideologia (diferenciações de papel, grau, classe etc.), trazem à luz objetos, sobretudo de prestígio (armas, ornamentos, vasilhames finos) geralmente íntegros, associados entre si em mobiliários fúnebres que, se individuais, isto é, relativos a um único defunto, foram depositados simultaneamente na tumba, isto é, constituem um contexto “fechado” por excelência. Às seriações cronológicas dos povoados fundamentadas sobre estratigrafias fazem contraponto – para as necrópoles, onde as possibilidades de correlações estratigráficas entre as diversas tumbas são particularmente infrequentes – as seriações fundadas no estudo estatístico-combinatório das associações de tipos presentes nos mobiliários individuais e

verificadas com base na sua distribuição topográfica (“estratigrafia horizontal”) no âmbito do próprio cemitério.

As necrópoles formadas por tumbas individuais com os seus mobiliários individuais (mas existem não poucas facies arqueológicas nas quais ao contrário prevalecem as deposições sem mobiliário) são dominantes na proto-história, mas não exclusivas: não faltam, sobretudo nos períodos mais antigos e nas regiões mais conservadoras no aspecto ritual, sepulturas coletivas dentro de tumbas frequentemente monumentais, construídas (*dólmen* da Apúlia, *tumbas de gigantes* da Sardenha etc.) ou hipogeus<sup>4</sup> (*tumbas em pequenas grutas e em câmara*), mas também dentro de fendas, cavidades rochosas, cavernas naturais. Para essas três categorias de depósitos fúnebres, e em particular para a última, ocorre perguntar-se se realmente se pode falar de sepulturas no sentido de *necrópoles*, isto é, de locais que abrigam *no seu conjunto* a comunidade dos mortos (excluídas, bem entendido, algumas categorias de pessoas normalmente discriminadas no ritual fúnebre, como as crianças na primeira infância, usualmente sepultadas no interior do assentamento, em torno das habitações ou sob elas), e não, ao contrário, um grupo selecionado por motivos que ultrapassam o aspecto estritamente funerário, para investir aquele mais propriamente religioso.

À exigência de reconhecer na necrópole, como lugar que hospeda a comunidade dos mortos, o espelho da comunidade dos vivos se junta o problema da sua delimitação topográfica. Diferentemente do que vimos para os povoados, onde tal delimitação é em muitos casos praticável, ou pode ser ao menos alvo de hipótese de modo plausível o suficiente, no caso dos cemitérios não dispomos de parâmetros tão objetivos para determinar a sua extensão. Isto acontece também porque geralmente o seu tecido não é contínuo, mas formado por vários núcleos de tumbas distantes entre si em extensão às vezes consideráveis. Existem, pois, bons motivos para suspeitar que não exista nenhuma necrópole proto-histórica na Itália da qual se possa afirmar com certeza que foi completamente explorada. Nem deve ser esquecido que, sobretudo para a primeira Idade do Ferro, se conhece toda uma série de centros habitacionais aos quais corresponde mais de um cemitério.

**E. Os esconderijos** Por esconderijo se entende um conjunto, constituindo um contexto “fechado”, de objetos geralmente metálicos, sepultados intencionalmente no subsolo (*escondidos*), comportamento que podemos conjecturar determinado pelas motivações mais diversas, do entesouramento às exigências inerentes à atividade de uma oficina metalúrgica ou um comércio de artefatos e matérias-primas, até aquelas peculiares de um ato de culto. Existem praticamente dois únicos critérios com base nos quais validar tais conjecturas: o estudo das circunstâncias e do contexto no qual foi descoberto o esconderijo, e a análise da sua composição.

Com relação ao primeiro critério, fundamental é a distinção entre os esconderijos descobertos no interior de assentamentos (e que, portanto, pode-se presumir terem sido enterrados abaixo de habitações ou outras estruturas: célebres entre os outros, são os esconderijos de Lipari e de São Francisco em Bolonha) ou nas suas adjacências imediatas (mas nem sempre essa concomitância foi a seu tempo colocada bem em foco: não são poucos os casos de habitações escavadas ou mesmo apenas estudadas várias décadas depois da descoberta de um esconderijo na sua área) por um lado, e aqueles vindos à luz em outras situações. Para esses últimos, pode parecer significativa (mesmo se não é fácil dizer quão

---

<sup>4</sup> Hipogeu, de *hipo* (sub) *geo* (terra): subterrâneo.

objetiva, baseada como é, sobretudo sob as nossas avaliações atuais) a contraposição entre as descobertas feitas ao longo dos percursos de supostas vias de comunicação antigas, e as em lugares ocultos mas acessíveis (grutas, fendas), ou, ao contrário, em locais inacessíveis (quase impraticáveis), ou mesmo de natureza tal de modo a lembrar aqueles escolhidos para as deposições cultuais, e para excluir a possibilidade de uma recuperação na antiguidade. Muito importantes são também as específicas modalidades do enterramento: se em um buraco na terra nua ou com proteção de pedras ou, ao contrário, dentro de um vaso ou outro recipiente, ou finalmente em contato direto com o fundo rochoso, na água etc.

O segundo critério diz respeito seja ao número das peças e o peso conjunto do esconderijo, seja ao espectro da sua composição por categorias de objetos (se conhecem esconderijos só de machados; esconderijos só de armas – ou mesmo ornamentos, ou utensílios – nos quais, porém, esses são representados em mais categorias; mas também esconderijos, como aquele já lembrado de São Francisco de Bolonha e aquele de Piediluco perto de Terni, nos quais são praticamente representadas todas as categorias de objetos relacionados à produção metalúrgica naquela dada característica arqueológica), seja finalmente ao estado de conservação dos objetos (peças de matéria-prima, como minérios e lingotes; “peças fundidas semi-acabadas”, ou seja, produtos não utilizáveis porque não ainda refinados; objetos novos, ou seja, prontos para o uso, mas nunca utilizados, objetos gastos, mas, de alguma forma, ainda utilizáveis, e eventualmente reparados ou retrabalhados para restituir-lhes a funcionalidade; sucata; objetos quebrados intencionalmente).

Uma vez que essas características são seguidas e estudadas nas suas variadas associações, emerge uma característica extremamente complexa, que faz da classificação interpretativa dos esconderijos uma das problemáticas proto-históricas mais árduas e apaixonantes. Para complicar ulteriormente as coisas há ainda a circunstância de que os esconderijos, se bem que contextos “fechados” por definição, teriam não raramente um “tempo de coleta” particularmente prolongado. Os objetos mais antigos são, porém, de regra em número muito exíguo, número que, para a fase sucessiva, tende a crescer em medida exponencial até o momento do sepultamento.

**F. As deposições cultuais** Não é fácil fazer uma distinção perfeitamente coerente em termos lógicos entre esta classe de fontes arqueológicas e aquela anteriormente tratada, a dos esconderijos. A rigor, como se viu, muitos esconderijos podem ser considerados, com toda a probabilidade, na mesma situação de verdadeiros depósitos cultuais. Uma vez que, todavia, realizar esta distinção no âmbito dos esconderijos é coisa extremamente problemática e controversa, convém limitar o termo de deposições cultuais àquelas que não constituem *conjuntos* no sentido de contextos “fechados”, isto é, sejam deposições individuais de objetos isolados ou no máximo em duplas, sejam reiteradas deposições distribuídas no tempo, que se acumulam no mesmo local (se isto ocorre no âmbito de um oportuno arranjo deste último, se fala de *relicários*<sup>5</sup>).

Entre os locais escolhidos para as deposições cultuais são recordados, em primeiro lugar, os *rios* e os *espelhos d'água*. De modo particular, nos primeiros são lançadas, especialmente, armas e, em menor quantidade, ornamentos de bronze. De grande importância são as descobertas feitas nos leitos (ou ainda nos *paleo-leitos*) dos grandes rios da planície padana, especialmente no Vêneto (Sile, Piave etc.), que, mais do que os outros estão sujeitos

---

<sup>5</sup> O termo em italiano é *stipi*, isto é, móveis que podem ser armários comuns, mas também com sentido de *scrigno*, destinado mais especificamente a abrigar objetos de valor.

seja à dragagem do fundo para mantê-los navegáveis, seja à extração de areia e pedregulhos. Outras deposições cultuais, também estas constituídas frequentemente de objetos metálicos, ocorrem em *zonas montanhosas* ou de difícil acesso e rochosas, em particular sobre cumes ou passos, aos pés de precipícios onde evidentemente eram jogados do alto, como também dentro de sorvedouros e fendas. Deposições cultuais e verdadeiros relicários são conhecidos também em *grutas* onde, frequentemente – mas não sempre – estavam colocadas nos recessos mais inacessíveis. Aqui, porém, a forma de oferenda mais comum não eram os objetos de bronze, mas vasos, nos quais em muitos casos conservou-se o conteúdo carbonizado: cereais, legumes e outros frutos da terra, também selvagens. Estas deposições cultuais são encontradas tanto em grutas, nas quais não estão assinaladas outras manifestações religiosas, como em cavidades que também eram locais de sepultura, seja finalmente em cavernas que entram, com base nos critérios expostos mais acima, nas categorias dos verdadeiros *locais de culto*.

**G. Os achados “esporádicos”** Trata-se da classe de fontes arqueológicas que mais escapa a uma definição e a uma abordagem sistemática; e, todavia, o seu potencial informativo pode ser muito significativo, sobretudo no caso de áreas e épocas arqueologicamente pouco conhecidas. Os achados esporádicos podem então assumir, em sentido geográfico, o caráter de um tecido conectivo que completa as lacunas, muitas vezes bem extensas, que separam entre si os poucos contextos arqueológicos bem documentados. Aplicando a seu favor um tipo de correção estatística informal para ao menos reequilibrar os desequilíbrios quantitativos mais visíveis, tal função de tecido conectivo pode ser oportunamente exaltada.

Entende-se por achados esporádicos pequenos grupos de objetos ou, mais comum, de objetos únicos, acerca de cujo contexto de proveniência e as circunstâncias de descoberta e de deposição nada ou quase nada se sabe. Os poucos de que se tem alguma notícia vieram à luz em ocasiões de trabalho, agrícola ou de outro tipo (aragem, escavação de valas, pequenas intervenções para os trabalhos em estradas ou em fossas etc.), que, comportando deslocamentos circunscritos de terreno, não tendem a favorecer observações de qualquer amplitude, deixando, assim, aberta a possibilidade de os achados em questão provirem de um contexto arqueológico mais amplo, não reconhecido ou não registrado, que foi destruído ou, ao contrário, permaneceu enterrado. Na grande maioria dos casos, todavia, há motivo para deduzir que, se houve ali a desarticulação de um contexto (por exemplo um mobiliário funerário ou um esconderijo), ela tenha acontecido *depois do descobrimento*, e que se tenha sucessivamente perdido – ou desejado perder – a memória. Em ambas as hipóteses, especialmente quando se trata principalmente de grupos de objetos mais do que de objetos isolados, resulta algumas vezes possível formular, com base na categoria à qual pertencem os próprios objetos e de seus estados de conservação, conjecturas que reconstruam o contexto original.

Amiúde, não obstante, acontece – na falta de algum ponto de apoio para postular a existência de um tal contexto arqueológico – dever-se supor que o isolamento do objeto em questão fosse tal já na origem. Pode-se pensar, por exemplo, em deposições cultuais; e tal hipótese pode ser validada pelo pertencimento do próprio objeto a uma dada classe de objetos. A descoberta isolada de uma espada, por exemplo, provavelmente pode ser interpretada como uma deposição cultural, da qual, na ausência de oportunas observações geológicas e geomorfológicas, não temos condições de definir as condições originais de deposição (por exemplo, em um antigo leito de rio não reconhecido como tal).

Pelo que resta é sempre possível supor que se trate de objetos que foram perdidos casualmente. Tal conjectura pode, porém, ser levada em consideração apenas quando validada pela própria natureza dos objetos, ferramentas de trabalho ao ar livre ou armas de lançar (machados, pontas de flecha).

**H. As *figurações rupestres*** Talhar ou pintar sinais e figuras sobre superfícies rochosas constitui um comportamento ritual (ou, mais precisamente, votivo: uma dádiva à divindade que vai além da simples oferta, pela sua forte conotação semântica) como qualquer outro, semelhante enquanto tal a uma deposição cultural, ou ainda a uma cerimônia celebrada em um local de culto. Se, ao contrário, mais do que associadas a uma ou a outra dessas duas classes de fontes, as *figurações rupestres* são aqui tratadas por último, é porque (entre raríssimas exceções) elas constituem as únicas fontes que não provêm do subsolo, que não têm qualquer relação com o *depósito arqueológico*. Mesmo quando acontece (são exatamente estas as raríssimas exceções de que se falava) que porções de superfície rochosa contendo figuras rupestres acabem cobertas por bordas de depósito arqueológico, é claro que depósito e figuração não fazem parte de um mesmo contexto, e que a relação entre eles é de simples sucessão no tempo.

Todavia, as *figurações rupestres* agregam-se, ao menos elas mesmas, para formar contextos de vários gêneros, que como tais pode-se tentar classificar.

No limite entre figuração sobre artefatos (estruturas eventualmente funerárias como as *estátuas-menires*) e verdadeiras *figurações rupestres* se colocam as chamadas *estelas* da Valcamonica e da Valtellina, blocos de forma alongada, não trabalhados, para os quais não é dado estabelecer se foram deslocados para ser colocados onde agora se encontram (no caso no qual o termo *estelas* estaria justificado), ou se permaneceram na sua natural posição secundária. Junto com as *rochas figuradas*, cujo porte é tal para não deixar dúvidas sobre a sua colocação natural, elas são caracterizadas como verdadeiras *composições figuradas*, nas quais cada elemento – não importa se presente sobre a rocha já inicialmente ou, ao contrário, acrescentado em um momento sucessivo – está claramente relacionado com os outros ou com o conjunto (mesmo se não se pode falar de verdadeira *cena*). Sobre grandes superfícies rochosas do Monte Bego e da Valcamonica, ao contrário, o espaço figurado está ocupado por uma pluralidade de imagens individuais (ou mais exatamente, grupos de sinais, ou mesmo cenas) justapostos parataticamente, sem fazer referimento umas com as outras.

Extremamente problemática é a relação das *figurações rupestres* com as outras fontes arqueológicas. A sua inserção e enquadramento no contexto do *record* (registro) arqueológico está confiada a somente dois instrumentos metodológicos, de uso muitas vezes problemático: 1. a definição em uma determinada figuração rupestre de artefatos reais atribuíveis a uma dada característica arqueológica; 2. O confronto iconográfico (ou mesmo estilístico; este último, porém, com muita frequência resulta ser aleatório ou francamente enganador) entre as imagens, os sinais ou as cenas atestadas sobre as *figurações rupestres* e aqueles presentes em *figurações* sobre artefatos arqueológicos.

### **1.5. As fontes arqueológicas no jogo das suas presenças e ausências e de suas várias combinações, como componentes de um quadro de conjunto. O equívoco das “culturas” e a realidade das características (*facies*) arqueológicas**

Imaginemos (mais uma vez a metáfora é, talvez, o melhor caminho para desenvolver, tendo a disposição um espaço exíguo, um discurso complexo demais) o conjunto das manifestações culturais dos diversos grupos humanos que, durante um determinado período, ocupou um dado espaço histórico-geográfico circunscrito, da mesma forma que um ser vivente. Imaginemos que os tecidos dos quais se compõe o corpo desse ser se estendam por montes e por vales adaptando-se através da progressiva mudança da paisagem e dos recursos naturais, e que, conseqüentemente, também as suas características tendam gradualmente a variar de um lugar a outro para responder às diferentes exigências funcionais. Se tivéssemos ainda de frente aqueles tecidos íntegros e vivos, perceberíamos esta nebulosa variedade na continuidade como própria de um corpo único, não de vários corpos distintos, justapostos e contrapostos. Imaginemos agora, ao contrário, que tenham restado, desse corpo, somente pedaços isolados, ainda bem localizados, mas distintos entre si. Se, de todos esses pedaços de tecido, privilegiamos amostras para fazer um exame histológico comparado, eis que, em virtude das distâncias que se interpõem entre estas amostras, a percepção da continuidade e das nuances tenderá a desaparecer, enquanto aquela das diferenças e das contraposições resultará acentuada. Do mesmo modo, se do espectro cromático conhecêssemos somente amostras circunscritas retiradas a intervalos consideráveis e as aproximássemos entre si, eis que o *continuum* do espectro se transformaria em um verdadeiro, nitidíssimo contraste de tintas. E é exatamente isso que acontece por causa da descontinuidade e das lacunas do nosso conhecimento arqueológico do território.

Mas há coisa pior. Os pedaços dos quais foram retiradas as diversas amostras histológicas não pertencem a tecidos correspondentes entre si funcionalmente, mas uma vez ao músculo, outra à pele, uma outra ainda à pelagem, ou ao osso, ou finalmente aos tendões. A impressão de se trabalhar com entidades diversas, com corpos estranhos um ao outro, resultará destacada, precisamente como acontece quando confrontamos áreas das quais conhecemos somente (ou quase) habitações com áreas nas quais vieram à luz, sobretudo necrópoles, ou, ao contrário, exclusivamente esconderijos e deposições culturais.

Na verdade, para acentuar exageradamente certos contrastes e deformar o quadro do conjunto basta muito menos: a riqueza de bronzes, motivada pelas circunstâncias ambientais e pelas técnicas construtivas, nas habitações padanas de ambiente úmido, e a contraposta pobreza nos assentamentos em altura centro-meridionais; as diferenças na composição dos mobiliários fúnebres e no seu estado de conservação determinado pelo rito da inumação e da incineração, que sugeriram mais de uma vez a hipótese da coexistência, na mesma necrópole, de componentes étnicos diversos.

Nasce, desse modo, na proto-história, o equívoco das “culturas”: concebidas, segundo um antigo, mas sempre renovado paradigma etno-antropológico, como uma pluralidade de sistemas independentes, cada um organicamente estruturado no próprio interior como um conjunto de elementos interconectados. Ao contrário, a análise taxonômica das formas, praticada sistematicamente em proto-história, mostrou como não ocorre, *quase nunca*, que a distribuição geográfica de dois elementos culturais contemporâneos venha substancialmente a coincidir, como não ocorre, *quase nunca*, que a distribuição geográfica de um único elemento cultural respeite as fronteiras de uma dada “cultura”.

Bem ampla é a estatística das “culturas” contemporâneas entre si, nas quais os estudiosos quiseram distinguir entidades contrapostas, enquanto a leitura crítica das fontes arqueológicas mostra que tal contraposição nasce essencialmente das várias combinações das diversas classes de fontes: no âmbito da Idade do Bronze, assentamentos e locais de culto para “proto-apaninico” e “apaninico”, necrópoles e deposições culturais para Canegrate, quase exclusivamente necrópoles para Thapsos, necrópoles e esconderijos para Tolfa-Allumiere, de novo, sobretudo assentamentos em locais de culto para a Sardenha nurágica. Para todas essas entidades a denominação mais apropriada não é, portanto, a de “culturas”, mas sim a de *características [facies] arqueológicas*. Este termo pode ser definido como o conjunto dos testemunhos arqueológicos relativos a um determinado horizonte cronológico em um dado território, agregados pelas conexões tipológicas que permitem relacionar entre si também fontes arqueológicas pertinentes a classes heterogêneas.

Para a Idade do Ferro, o caso mais instrutivo é aquele da mais célebre entre as “culturas” desse período, a “vilanoviana”, vista como a primeira fase da civilização etrusca. Com a etiqueta de “vilanoviano” tinha sido distinguido o conjunto das manifestações culturais da primeira Idade do Ferro na Etrúria, na área de Bolonha e na Emilia Romagna, e em alguns centros dispersos da Campânia (Cápua, Pontecagnano, Sala Consilina) e das Marcas (Fermo). Todavia, um escrutínio analítico mais atento do patrimônio cultural de todos esses centros consentiu reconhecer como *únicos elementos comuns a eles* o ritual funerário da incineração nas suas modalidades específicas, e o estilo decorativo dos ossuários bicônicos e de poucas outras produções vasculares conexas. Todo o resto é diverso, das armas e ornamentos ao conjunto do repertório cerâmico e às estruturas dos assentamentos, à maior parte das próprias estruturas tumulares. Reciprocamente, esta situação é frequentemente idêntica ao que, volta e meia se encontra nos grupos contíguos *não* “vilanovianos”. A “cultura” vilanoviana não é, portanto, senão uma reunião artificial de características (*facies*) arqueológicas distintas.